

Otacílio Barbosa



Governo prevê ganho de ICMS e de royalties do petróleo

Estado do Rio vai aderir ao Propag até o fim de junho

Orçamento de 2027 prevê déficit de R\$ 12 bilhões. Comissão do Corte de Gastos é criada

O secretário de Estado de Fazenda, Guilherme Mercês, anunciou, durante audiência pública da Comissão de Orçamento, da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), que o Estado deverá aderir ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag) até o fim de junho. A medida garantirá uma redução expressiva dos repasses do Rio de Janeiro à União. Atualmente, o Executivo estadual envia cerca de R\$ 436 milhões mensais ao Governo Federal e, com a adesão ao programa, passará a pagar em torno de R\$ 120 milhões.

Os dados foram apresentados nesta quarta-feira (13), durante a análise do Projeto de Lei 7.505/26, que estabelece as diretrizes do Orçamento estadual para 2027. O parecer prévio ao projeto foi aprovado por unanimidade na Comissão e seguirá para plenário.

“A adesão ao Propag é o que ampliará o fluxo de caixa estadual

nos próximos anos. No entanto, enviamos um projeto de LDO sem contar com esses recursos, então já adianto que teremos uma Lei Orçamentária Anual mais otimista”, afirma Mercês.

Para o presidente da Comissão, Gustavo Tutuca (PP), o Propag surge como um respiro imediato para as contas públicas e ajuda a reduzir o déficit, além de preservar a capacidade de investimento do Estado. O parlamentar, no entanto, ressalta que a situação fiscal ainda exige atenção.

“É uma oportunidade importante para buscarmos o equilíbrio fiscal e sairmos desse debate recorrente sobre déficit orçamentário. Agora vamos focar na peça da LDO”, declara Tutuca.

Déficit para 2027

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) enviado à Alerj prevê déficit orçamentário de R\$ 12,94 bilhões para 2027, com receita líquida estimada em R\$ 120,188 bilhões e despesa prevista em R\$ 133,135 bilhões. Apesar do cenário deficitário, o valor projetado é inferior ao registrado em 2026, quando o déficit chegou à casa dos R\$ 19 bilhões, explica o secretário estadual de Planejamento e Gestão, Rafael Ventura.

“O déficit previsto hoje é menor do que o projetado anteriormente, mas isso não significa que todos os problemas estejam resolvidos. Seguimos precisando de

cautela, prudência e muito planejamento na condução das contas públicas. A adesão ao Propag é fundamental nesse processo, porque traz previsibilidade para o pagamento da dívida e permite que o Estado tenha um horizonte de médio e longo prazo”, afirma Ventura.

O secretário também chama atenção para o elevado peso das despesas com pessoal e encargos, que, segundo ele, alcançam cerca de R\$ 75 bilhões. Ventura afirma ainda que o Estado do Rio se tornou excessivamente dependente de receitas extraordinárias, cenário que pressiona o Tesouro estadual e compromete a capacidade de investimento do governo.

Entre as principais receitas estaduais, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) segue como a maior fonte de arrecadação do Estado. A previsão para 2027 é de R\$ 62,4 bilhões, cerca de R\$ 5 bilhões a mais do que o arrecadado em 2026. Outra receita com previsão de crescimento é a dos royalties do petróleo, estimada em aproximadamente R\$ 30 bilhões.

Apesar do aumento na arrecadação, Mercês alerta para a forte dependência do Rio de Janeiro em relação aos royalties do petróleo. Segundo ele, atualmente cerca de 25% do orçamento estadual é sustentado por esses recursos. Diante desse cenário, o secretário defendeu a busca por novas fontes de arrecadação no curto

prazo e afirma que, no médio e longo prazo, o Estado precisará se preparar para os impactos da reforma tributária.

Também estiveram presentes na reunião os deputados Anderson Moraes (PL), Alexandre Knoploch (PL), Vinícius Cozzolino (PSD), Luiz Paulo (PSD), Célia Jordão (PSD), Zeidan (PT), Flávio Serafini (PSol), Rodrigo Amorim (PL) e Bruno Dauaire (União).

Comissão de Gastos

O presidente da Alerj, Douglas Ruas (PL), anunciou, nesta quarta-feira (13) os integrantes da Comissão Especial destinada a promover o corte de gastos e buscar o equilíbrio fiscal do estado. O colegiado será formado por cinco membros: os deputados Jair Bitencourt (PL), Alan Lopes (PL), Bruno Dauaire (União), e pelas deputadas Tia Ju (Republicanos) e Célia Jordão (PSD).

Criada para ampliar o debate sobre a execução orçamentária e fortalecer os mecanismos de fiscalização e controle dos gastos públicos, a comissão realizará reuniões e produzirá relatórios periódicos para subsidiar a tomada de decisões.

Com a medida, o colegiado vai realizar uma análise ampla do orçamento do estado como um todo, acompanhando de perto a evolução das despesas estaduais diante dos desafios relacionados ao equilíbrio fiscal e ao controle orçamentário.

Câmara faz primeira audiência sobre IPTU

A Comissão Especial criada pela Câmara do Rio para discutir os critérios de cálculo, as alíquotas, a atualização e os limites do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) realizou sua primeira audiência pública na manhã desta quarta-feira (13). Vereadores, comerciantes e cidadãos questionaram técnicos da prefeitura sobre distorções nos valores do tributo cobrados na cidade.

Presidente do colegiado, Willian Coelho (Avante) ressaltou que a prefeitura não atualiza a planta de valores desde 2017, o que acaba gerando distorções diante das transformações pelas quais a cidade passou nos últimos anos.

“A atualização da planta de valores feita em 2017 ocorreu em um período de boom imobiliário, mas a realidade hoje é muito diferente. Um imóvel que valia R\$ 1 milhão passou a valer R\$ 200 mil ou R\$ 300 mil. Além disso, a prefeitura não atendeu a um dos requisitos previstos na lei, que é realizar uma revisão periódica a cada quatro anos para verificar se o IPTU cobrado está de acordo com a capacidade contributiva do cidadão”, criticou o parlamentar.

O secretário municipal de Fazenda e Planejamento, Ricardo Martins, concordou que é necessária uma revisão. “Nós ainda não fizemos os ajustes relacionados às mudanças pelas quais a cidade passou nesse período, nem implementamos as adequações necessárias. É preciso revisar a planta para corrigir essas distorções.”

Suplente da comissão, Dr. Rogério Amorim (PL) defendeu a urgência na revisão das alíquotas. “A degradação urbana de alguns bairros precisa ser considerada no debate sobre justiça tributária. A prefeitura desconsiderou a deterioração da cidade, as graves crises econômicas, e continua calculando o IPTU com base em um período de boom econômico, marcado pelos grandes eventos, como a Olimpíada e a Copa do Mundo, que infelizmente não deixaram os frutos esperados para o Rio”, criticou.

Relator da comissão, Rafael Aloisio Freitas (PSD) adiantou que a Câmara deverá iniciar estudos para a criação de uma nova legislação: “A ideia agora é realizar um estudo aprofundado e dialogar com representantes do Poder Executivo para elaborar uma proposta e negociar a aprovação de um projeto até o fim do ano”.